

Saneamento do Banco de Goiás depende da captação de dólares

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O presidente do Banco do Estado de Goiás (BEG), Eusépio Aguiar, informou ontem que a viabilização para o enquadramento daquela instituição no programa de saneamento dos bancos estaduais está na dependência da autorização para que o governo do Estado de Goiás possa contratar empréstimos de recursos externos, através da Lei nº 4.131, no montante calculado em torno de US\$ 200 milhões. "Deste modo, poderá ser quitada a elevada posição de endividamento das empresas públicas estaduais, que representam 80% das nossas aplicações", disse ele.

Ao comentar a necessidade de contratação de empréstimos externos pelos governos estaduais para que possam saldar seus

compromissos junto às suas instituições financeiras, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, lembrou que a autorização cabe à Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan). "sem interferência do Banco Central", conforme despacho da Agência Globo.

Afirmou que, da parte do Banco Central, os trabalhos com vistas a concluir as negociações com os bancos estaduais continuam em andamento, e reportou-se a "questões éticas e de sigilo bancário" para justificar sua posição ao abster-se em comentar sobre as dificuldades financeiras enfrentadas por aquelas instituições financeiras ligadas aos governos estaduais.

De qualquer modo, mesmo com a morosidade do programa de saneamento

dos bancos estaduais, os governos de alguns estados tem-se antecipado na prática de medidas que procuram equacionar as dificuldades não só de ordem financeira, mas também de ordem administrativa.

A semelhança do que foi feito em Minas Gerais, o governo de Goiás começou nesta terça-feira passada a dar os primeiros passos na direção do que poderá, no futuro, resultar em uma fusão entre os seus bancos comercial e de desenvolvimento. "O governador Iris Rezende aceitou na terça-feira a demissão de toda a diretoria do Banco do Desenvolvimento do Estado de Goiás, incluindo a de seu presidente, Ovídio Carneiro Filho", informou o presidente do BEG que passa, a partir de hoje, por nomeação do governador do estado, a acumular também a

presidência do Banco de Desenvolvimento.

Eusépio Aguiar informou que o débito do BEG junto ao compulsório do Banco Central se refere à um principal de Cr\$ 20 bilhões, apurado na posição de dezembro do ano passado, acrescido neste ano de Cr\$ 130 bilhões por conta da incidência de multas e encargos financeiros. Já o Banco de Desenvolvimento do estado apresenta uma posição devedora menor, de Cr\$ 21 bilhões.

Ele adiantou que as dívidas de Goiás junto àquelas duas instituições financeiras estaduais equivalem todas a operações vencidas, e as condições para tomada de empréstimos externos previstas na Lei nº 4.131 — nove anos de prazo, com cinco anos de carência — são compatíveis com o orçamento estadual.